

UNILEÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

TAUANA DOS SANTOS SOUSA

**EXERCÍCIO PROFISSIONAL DOS POLICIAIS MILITARES E ADOECIMENTO
MENTAL**

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2023

TAUANA DOS SANTOS SOUSA

**EXERCÍCIO PROFISSIONAL DOS POLICIAIS MILITARES E
ADOCIMENTO MENTAL**

Trabalho de Conclusão de Curso – Artigo Científico, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Orientador: Me. Maria Aparecida Trindade Pereira.

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2023

TAUANA DOS SANTOS SOUSA

**EXERCÍCIO PROFISSIONAL DOS POLICIAIS MILITARES E ADOECIMENTO
MENTAL**

Este exemplar corresponde à redação final aprovada do Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Data da Apresentação: 27/06/2023

BANCA EXAMINADORA

Orientador: ME. MARIA APARECIDA TRINDADE PEREIRA

Membro: ESP. LARISSA VASCONCELOS RODRIGUES / UNILEÃO

Membro: ME. MARCOS TELES DO NASCIMENTO / UNILEÃO

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2023

EXERCÍCIO PROFISSIONAL DOS POLICIAIS MILITARES E ADOECIMENTO MENTAL

Tauana Dos Santos Sousa¹

Maria Aparecida Trindade²

RESUMO

Este artigo destaca a importância da presença do psicólogo nas ações de saúde voltadas aos policiais militares, considerando os desafios e o surgimento de problemas de saúde mental relacionados ao trabalho desses profissionais, promovendo uma abordagem abrangente e integrada no cuidado à saúde, compreendendo a subjetividade dos colaboradores e as experiências de sofrimento decorrentes de suas atividades laborais. Diante disso, o presente artigo tem como objetivo geral examinar os fatores no que diz respeito ao exercício profissional dos policiais militares que podem contribuir para o seu processo de adoecimento mental. E como objetivos específicos: caracterizar o contexto laboral dos policiais militares, elencar os fatores predisponentes que podem afetar a sua saúde mental e verificar como decorre a atuação do profissional da Psicologia, considerando ações de caráter preventivo e de promoção de saúde frente ao adoecimento mental do colaborador. Quanto a metodologia, este estudo se delineia como uma pesquisa qualitativa de natureza básica, baseada em uma revisão bibliográfica, onde foram utilizadas as bases de dados SCIELO, BVSPSI, PEPSIC e REDALYC e as literaturas publicadas entre 2017 e 2022. Logo, por meio do estudo, se apreendeu que a presença do psicólogo nas estratégias de saúde destinadas aos policiais militares é essencial para lidar com as vivências de sofrimento e enfermidades relacionadas ao trabalho. A abordagem interdisciplinar, com a atuação conjunta de serviços de saúde, é fundamental para compreender a dinâmica familiar e os processos que permeiam o contexto desses profissionais. Intervir nessa realidade significa reconhecer a importância do trabalho para esses colaboradores e promover o cuidado integral com a saúde, visando restaurar seu poder de ação e melhorar sua qualidade de vida.

Palavras-chave: Adoecimento mental. Policiais militares. Psicologia. Saúde do trabalhador.

ABSTRACT

This article highlights the importance of the presence of psychologists in healthcare interventions for military police officers, considering the challenges and the emergence of mental health problems related to their work, promoting a comprehensive and integrated approach to health care, understanding the subjectivity of employees and the experiences of suffering resulting from their work activities. Therefore, the main objective of this article is to examine the factors related to the professional practice of military police officers that can contribute to their mental illness. The specific objectives are to characterize the work context of military police officers, identify predisposing factors that can affect their mental health, and assess the role of psychologists in preventive and health promotion actions regarding the mental

¹ Discente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: t.au.ana@hotmail.com

² Docente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: mariaaparecida@leaosampaio.edu.br

illness of employees. Regarding the methodology, this study is based on a qualitative basic research design, using a literature review approach. The databases SCIELO, BVSPSI, PEPSIC, and REDALYC were consulted, and literature published between 2017 and 2022 was included. Through this study, it was found that the presence of psychologists in healthcare strategies for military police officers is essential in addressing the experiences of suffering and illnesses related to their work. An interdisciplinary approach, with the collaboration of healthcare services, is crucial to understand the family dynamics and processes that permeate the context of these professionals. Intervening in this reality means recognizing the importance of work for these employees and promoting comprehensive health care to restore their capacity for action and improve their quality of life.

Keywords: Mental illness. Military police officers. Psychology. Worker health.

1 INTRODUÇÃO

A saúde mental desempenha um aspecto de suma relevância para o processo constitutivo e bem-estar do sujeito. Estudos de Silva e Sehnem (2018), demonstram que na presença de desequilíbrio na esfera psicológica, esse evento pode contribuir para o aparecimento de desajuste na conduta, diminuição da qualidade de vida e sofrimento mental, além de desenvolvimento de quadros psicopatológicos graves como transtornos relacionados ao estresse, a depressão, psicose, dentre outros.

Diante disso, se observa que a ausência ou dificuldade de encontrar recursos psicológicos para auxiliar o sujeito frente as demandas cotidianas em contextos de trabalhos deletérios podem dar margem para o aparecimento desses processos de adoecimento. Como afirmam Paulino e Lourinho (2014), um dos exemplos de profissão que se enquadra em ambientes laborais insalubres se refere ao exercício do policial militar, visto que está atravessado por inúmeras exigências quer seja de cunho mental, físico, social e institucional. Em decorrência dessas demandas, o profissional de segurança pública, especialmente, a polícia militar, se ver diante de uma realidade demasiadamente estressora.

De acordo com Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, realizados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP (2021), apontam para importância de se perceber as consequências indiretas nas rotinas desses colaboradores como efetuação de atividades laborais em períodos de folga afim de obter complementação de renda, aspectos relacionados a saúde mental (carga horária intensa, estresse, ausência ou poucos momentos de lazer, poucas horas para descanso, relações conflituosas com a família, dívidas, dentre outros), manejo de arma de fogo e postura reativa perante circunstâncias de risco constante. O FBSP (2022), apresenta ainda um aumento de 18,5% nos percentis no tocante ao suicídio praticado

pelos policiais da ativa, mesmo sem presença dos dados do Estado de São Paulo, que tem a maior taxa 23,7%.

Considerando isso, a constituição da pesquisa se justifica por meio de três âmbitos principais: social e acadêmica, pois, com a ampliação do entendimento sobre a rotina extensiva dos policiais militares, assim como os empecilhos e demandas encontradas no momento de sua execução, se pode abrir espaços de discussão e reflexão para se pensar novas formas de intervenções preventivas e de promoção à saúde desses trabalhadores, dado o contexto frequente de estresse ocupacional e de adoecimento na esfera mental e; pessoal, já que a formulação do estudo dará ao futuro profissional de Psicologia maior aparato teórico-metodológico para acolher demandas dessa natureza.

Diante desses questionamentos, se coloca a seguinte problemática: o exercício profissional dos policiais militares pode representar um fator predisponente para o adoecimento mental desses colaboradores?

Nesta perspectiva, o presente artigo tem como objetivo geral examinar os fatores no que diz respeito ao exercício profissional dos policiais militares que podem contribuir para o seu processo de adoecimento mental. E como objetivos específicos: caracterizar o contexto laboral dos policiais militares; elencar os fatores predisponentes que podem afetar a sua saúde mental e verificar como decorre a atuação do profissional da Psicologia, considerando ações de caráter preventivo e de promoção de saúde frente ao adoecimento mental do colaborador.

2 METODOLOGIA

O presente artigo se constitui uma pesquisa qualitativa de natureza básica, baseada em uma revisão bibliográfica. A pesquisa qualitativa busca um entendimento aprofundado do objeto ou assunto em questão. Quanto a pesquisa bibliográfica, os autores a descrevem como um dos primeiros passos para reunir literatura científica já publicada em base de dados de caráter científico, como periódicos, dissertações, artigos, revistas e livros (MARCONI; LAKATOS, 2011).

Os critérios adotados para a realização da pesquisa incluíram: (1) a utilização das bases de dados SCIELO, BVSPSI, PEPSIC e REDALYC; (2) a seleção de literatura publicada entre 2017 e 2022, embora materiais relevantes fora desse intervalo temporal também tenham sido considerados; (3) a inclusão de artigos em inglês e português; e (4) o uso de palavras-chave como "saúde mental e polícia militar", "trabalho, polícia militar e adoecimento", "saúde mental,

polícia militar e psicologia". Para a exclusão de materiais, foram analisados títulos e resumos a fim de identificar a relevância em relação ao objeto de pesquisa proposto.

3 A SAÚDE DO TRABALHADOR E O PERCURSO HISTÓRICO

Em um primeiro momento, Dejours (1992), esclarece que as discussões relacionadas à saúde do trabalhador ocorrem em um contexto histórico no qual a sociedade está passando por uma abertura social e política. Esse período marca uma participação mais abrangente dos movimentos sociais no desenvolvimento de políticas públicas voltadas para questões sociais e laborais. Especificamente no campo da Saúde do Trabalhador, tanto os movimentos sindicais quanto os sanitaristas influenciaram significativamente a incorporação desse campo como política de saúde, possibilitando assim a compreensão do indivíduo em sua condição de trabalhador. Em outras palavras, o trabalhador passa a ser entendido a partir de seu vínculo com o trabalho, indo além da perspectiva de ser um mero processo de produção e adentrando também no processo de produção e reprodução dos vínculos sociais de produção.

Nesse sentido, sob essa perspectiva, podem-se observar os aspectos paradigmáticos descritos por Dejours (1992): (1) uma maior abertura para discussões sociais e laborais em relação às condições desumanas nesse contexto; (2) a exposição do corpo dos trabalhadores como fonte de exploração, aliada a reivindicações em torno da sobrevivência e saúde do corpo; e (3) um maior envolvimento político por parte dos trabalhadores e sindicatos na garantia de direitos, melhores condições de trabalho e saúde do trabalhador. Assim, entre os princípios fundamentais que orientam essa política, podem ser elencados: a saúde como um dever do Estado, a orientação dos serviços na participação e controle social, além da necessidade de considerar a promoção, prevenção, assistência, reabilitação e vigilância da saúde.

No contexto contemporâneo, entende-se que o campo da Saúde do Trabalhador é resultado de muitas conquistas tanto populares quanto políticas, sendo atualmente representado como um campo de conhecimento e ação cujo objetivo é o estudo, a análise e a intervenção nas relações entre atividades laborais e saúde-doença, dentro de propostas desenvolvidas no âmbito da rede de serviços ligados à saúde pública. Portanto, é um campo configurado com compromissos teóricos, éticos e políticos evidentes, que se apresenta como uma política pública de saúde que requer articulações intersetoriais entre saúde, previdência social, educação, trabalho, emprego e meio ambiente, entre outros (DEJOURS, 1992; CFP, 2019).

É sabido que a história da saúde do trabalhador surge a partir de um contexto histórico que envolveu lutas por melhores condições de trabalho que pudessem contemplar os aspectos

biopsicossociais. Na década de 1970, a história do trabalhador foi marcada por grandes movimentos que abrangiam a esfera social, visando obter políticas públicas para a sociedade. Esse percurso resultou na regulamentação da Constituição Federal de 1988, especificamente na lei que orienta o Sistema Único de Saúde (GOMEZ; VASCONCELLOS; MACHADO, 2018).

No entanto, os desafios na saúde do trabalhador ainda persistiram, uma vez que existiam obstáculos que impediam o engajamento e a consolidação desse campo. Diante disso, destacam-se alguns desafios ainda presentes, tais como a falta de uma cultura voltada para a saúde do trabalhador no âmbito da saúde pública, a escassez de recursos, a insuficiência de equipe técnica com formação específica, a negligência das vigilâncias epidemiológica e sanitária, a falta de abordagem da população trabalhadora na assistência, a ausência de métodos que abordem a concepção do campo da saúde do trabalhador, entre outros (GOMEZ; VASCONCELLOS; MACHADO, 2018).

No que diz respeito à Saúde do Trabalhador, sabe-se que as lutas sindicais, assim como as sanitárias, tiveram uma grande contribuição para a inserção de políticas públicas no campo da saúde coletiva. Dessa forma, esses movimentos influenciaram de maneira significativa a percepção do próprio indivíduo como um trabalhador e as condições reais em que uma pessoa deve exercer seu trabalho, compreendendo, assim, o indivíduo como ativo em seu processo pessoal e profissional, sendo capaz de produzir e reproduzir aspectos sociais relacionados ao trabalho (CFP, 2019).

Nessa perspectiva, podemos destacar um fator frequentemente observado nos ambientes de trabalho, que é o estresse decorrente das condições às quais os trabalhadores estão submetidos. Esse estresse pode desencadear prejuízos à saúde biopsicossocial e à subjetividade dos indivíduos. Outro aspecto a ser considerado são as inseguranças e incertezas presentes no ambiente de trabalho, bem como as atividades desempenhadas, nas quais os trabalhadores muitas vezes se sentem pressionados diante da complexidade e das variações que afetam o trabalho. Nesse contexto, podemos destacar o impacto que o trabalho exerce sobre a subjetividade dos trabalhadores, levando em consideração também o processo histórico-social do indivíduo (CRUZ et al., 2018).

Assim sendo, é compreensível que a Saúde do Trabalhador seja baseada em um campo de conhecimento e práticas que têm como objetivo analisar, estudar e intervir nas atividades de trabalho em relação à saúde e doença dos indivíduos. Essas ações são direcionadas a projetos elaborados com o propósito de fornecer uma rede de serviços de saúde na esfera pública, sendo um campo que abrange aspectos teóricos, princípios éticos e políticos e que se desenvolve como

uma política pública de saúde, exigindo articulações no âmbito da assistência social, saúde, educação, trabalho, atividade laboral e meio ambiente (CARDOSO; MORGADO, 2019).

Com o passar do tempo, o entendimento da saúde do trabalhador passou a englobar uma nova percepção sobre a relação estabelecida entre o trabalho e a saúde do indivíduo. Diante desse conhecimento, também surgiram reflexões sobre práticas e intervenções voltadas para a saúde e assistência dos trabalhadores. No entanto, além da compreensão mencionada anteriormente, é necessário também considerar o ambiente de trabalho e como ele impacta nas esferas biopsicossociais. Levando em conta a relação entre saúde e trabalho, medidas relacionadas à prevenção de danos ao bem-estar do indivíduo, promoção da saúde, vigilância e assistência social podem promover mudanças no ambiente de trabalho (CFP, 2019).

4 ATIVIDADE LABORAL E ADOECIMENTO MENTAL DOS POLICIAIS MILITARES

O contexto laboral tem sido uma das rotinas das pessoas desde a fundação da humanidade. O trabalho a cada dia que passa tem se tornado crucial na vida dos sujeitos, pois é por meio dele que se é possível garantir o seu sustento e prover a sua família, isto é, o trabalho é a consequência de conseguir viver em condições dignas, é uma forma de sobrevivência. Contudo, a maioria das formas de trabalho podem proporcionar prejuízos à saúde física e psíquica do sujeito. Consoante a isso, Souza e Bernardo (2019), compreendem que algumas doenças ou comportamentos estão sendo associadas ao contexto laboral, assim como, cansaço, crises de ansiedade, uso e abuso de álcool e outras drogas, estresse (sendo este um dos mais recorrentes), esgotamento profissional, depressão e até mesmo tentativas de suicídio.

Comumente é observado em alguns cargos de empresas ou instituições, até mesmo acadêmico, o excesso de atividade que finda por sobrecarregar a função do trabalhador. O trabalho pode passar por uma intensificação, além da demanda do empregador por decorrência da instituição, existe também um controle excessivo a respeito do empregado, como também aumento na jornada de trabalho e que, na maioria das vezes, pode se prolongar aos finais de semana, bem como nas folgas, onde o momento que deveria ser de lazer ou de descanso, o trabalhador, por vezes, está totalmente esgotado da semana de trabalho, com o estresse tomando de conta, preocupação, e até medo de ser demitido, devido as pressões que é submetido e até mesmo ameaças (CAMPOS; ARAUJO, 2020).

Esses são fatores que o trabalhador se depara e tem como consequência prejuízos relacionados ao seu estado tanto físico quanto mental, e podem se agravar ainda mais quando

são rotineiramente. Além da exploração de trabalho, algumas situações que são vivenciadas e que também são preocupantes, é que o sujeito em sua condição de trabalho, na qual é submetido as pressões para executar multifunções e que geralmente não é de sua competência, o trabalhador pode sofrer abusos também no sentido da falta de valorização de seu trabalho e esforço, o que acaba o colocando como culpado quando não consegue dar conta do excesso de função que não é de sua competência. Deste modo, o trabalhador acaba se submetendo às condições insalubres que perpassam a atividade laboral, comumente por medo do desemprego. Nesse cenário, se pode observar ainda que trabalhos como estes os salários podem ser baixos, a presença de discriminação, assédio moral e até sexual (CAMPOS; ARAUJO, 2020).

Sendo assim, a relação entre saúde-trabalho-doença tem sido alvo de estudos, devido a articulação que é vista dos três nos espaços laborais. Para se pensar essas relações dentre adoecimento do colaborador e contexto laboral, pode-se elencar a psicodinâmica, onde é caracterizada como uma área do estudo que tem como ênfase as condições de trabalhos que causam adoecimento mental e angústia no sujeito. Este campo do saber busca compreender a forma como o sujeito se organiza dentro do espaço de trabalho, no qual coloca em questão a sua subjetividade na medida que também produz intersubjetividade dentro do próprio trabalho por meio de intercâmbios. Nesse sentido, procura apreender a respeito das experiências dos trabalhadores e quais os significados que os mesmos podem proporcionar no contexto de trabalho em relação à saúde mental dos sujeitos (DEJOURS, 1992; FERNANDES et al., 2018).

Cabe mencionar que uma das finalidades da psicodinâmica é abranger quais as consequências que o ambiente de trabalho pode contribuir para os aspectos de saúde-doença mental no contexto laboral, e quando identificado condições insalubres para o trabalhador, é importante que sejam promovidas ações de prevenção com os profissionais, objetivando amenizar o adoecimento dos sujeitos e fortalecer a saúde mental dos mesmos (DEJOURS, 1992; GIONGO; MONTEIRO; SOBROSA, 2015).

Dessa forma, a precarização e as reais condições que o empregado se submete no contexto de trabalho, tem forte relação com a sua saúde mental, tendo em vista que o sujeito pode desenvolver quadros clínicos com grau severo, devido aos excessos de estresse que é vivenciado durante as atividades laborais. Sendo assim, alguns desses quadros podem estar relacionados a: suicídios, depressão, psicossomatização, uso indiscriminado de álcool e outras drogas, fadiga e, por último, a síndrome de burnout ou esgotamento profissional. Além disso, sabemos que o sujeito pode adquirir problemas tanto psíquicos quanto físicos, dependendo muito do que o trabalhador é exposto na sua rotina de trabalho. Todo o desgaste que um trabalho pode causar na vida de um ser humano, transita em todos os aspectos da vida do sujeito, cabendo

também interferir na subjetividade, pois muitos trabalhadores acabam perdendo a sua identidade, a sua visão de mundo, seu carácter e valores que também corroboram para as consequências negativas que um trabalho em péssimas condições pode causar (SILVA; BERNARDO; SOUZA, 2016).

Diante desse cenário em que o trabalho pode exercer um risco potencial à saúde mental do colaborador, podemos citar a atividade laboral exercido pelos profissionais da segurança pública, especialmente, os policiais militares. Como se sabe, em decorrência da exposição constante a contextos de risco e violência, o policial se vê frente a administrar os estresses excessivos, que acabam influenciando no seu desgaste físico e emocional. Aliado a esses fatores, é perceptível que a rotina desse profissional é atravessada por aspectos que contribuem para o seu adoecimento, a exemplo de exposição a condições irregulares, alimentação inadequada, dentre outros (BORGES, 2013).

Ainda de acordo com Borges (2013), as atividades intensas e demandas de caráter emocional e físico, têm influenciado na diminuição da qualidade de vida dos policiais militares, independentemente, se o mesmo atua nas ruas ou em setores administrativos. Esses dados demonstram que o trabalho exercido por esses profissionais, além de exigirem grande carga energética, pode afetar igualmente o desempenho dos seus serviços, o que coloca tanto a sua vida em risco como a de outras pessoas (SOUZA et al., 2014).

Estudos identificaram que dentre os principais sintomas de caráter psicológico apresentados estão: o estresse, irritabilidade exacerbada, conduta nervosa, raiva constante e prolongada, esgotamento mental, perda humoral, etc, e em relação aos sintomas físicos foram observados gases, pés e mãos com sudorese, musculatura tensionada, gastrite em decorrência de demandas emocionais, dores na região das costas e estômago, cansaço físico, imunidade reduzida, ausência memória, etc. (SOUZA; BARROSO; RIBEIRO, 2022).

Nessa mesma direção, complementa Priyanka et al., (2016), que a presença de estresse acentuado está relacionada ao aumento de substâncias lícitas como álcool e tabaco. Já nos fatores de risco individuais que influenciam no adoecimento mental desses profissionais, pesquisas realizadas por Castro e Cruz (2015) e Machado, Traesel e Merlo (2015), apontaram para reduzida ou nenhuma qualidade no sono, conduta alerta e desconfiada, sentimento de insegurança e inibição, ausência ou dificuldade na afetividade, além de possuir o acúmulo de múltiplas atividades laborais.

Nessas circunstâncias, a saúde mental do trabalhador é um ponto crucial a ser estudado, tendo em vista, que suas consequências podem, por vezes, ser de forma permanente, causando um adoecimento mental, no qual, acaba afetando em todos os âmbitos da vida do sujeito,

fazendo também um apagamento a respeito de sua subjetividade (SILVA; BERNARDO; SOUZA, 2016).

5 ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DA PSICOLOGIA FRENTE AO ADOECIMENTO MENTAL DOS POLICIAIS MILITARES: EXPLORANDO NOVAS ESTRATÉGIAS DEFENSIVAS

A princípio, antes de adentrarmos em discussões sobre como decorre a atuação do profissional da Psicologia em contextos de adoecimento mental dos policiais militares, é de suma relevância introduzir o campo de estudo da Psicologia. Para Bock, Teixeira e Furtado (2019), esta área é tida enquanto uma ciência que se debruça na apreensão do ser humano, especialmente, a sua subjetividade. O aspecto subjetivo é fruto das interações do sujeito para com o mundo, visto que é a partir de sua relação com outro e com as outras pessoas que a sua singularidade vai ser constituindo e se diferenciando do coletivo.

A subjetividade representaria então tudo aquilo que o sujeito adquiriu em sua trajetória de vida, no qual incluem desde seus sentimentos, memórias, emoções, formas de se comportar, de reagir a determinadas situações, de dar sentidos as coisas do mundo e relações, de racionar e compreender, concepções sobre si mesmo, no modo de se vestir, de falar, dentre outros aspectos. Tal fator subjetivo é de interesse e objeto da psicologia, pois é através dela que esse campo de estudo pode entender os processos singulares de cada pessoa, bem como o seu vínculo formado com o mundo e com outros (BOCK; TEIXEIRA; FURTADO, 2019).

Nesta perspectiva, o estudo vigente parte de uma compreensão sobre não tão somente os processos subjetivos que perpassam a realidade dos policiais militares, mas também os artifícios que contribuem para o adoecimento mental no âmbito laboral. Como se sabe, em discussões anteriores, foi exposto que a atividade laboral executada por esses profissionais adjunto a situações estressantes em que são submetidos diariamente, tem influenciado expressivamente para o desenvolvimento de enfermidades mentais. Em seus estudos Back (2021), afirma que os principais impactos psicológicos à saúde dos policiais militares, se centram em estresse, experiências traumáticas e condições de insalubridade no exercício da função (baixa remuneração, risco de morte, ausência de valorização profissional, realização de trabalhos informais para complementar a renda, entre outros), que findam os deixando suscetíveis ao adoecimento psicológico.

Nos estudos de Dejours (1992), a constituição do sofrimento do ser humano é decorrente de duas perspectivas: (1) efetuação de esforço nas atividades laborais, que envolve o

investimento tanto físico como mental por parte do sujeito, o mobilizando a se implicar na organização que está inserida e; (2) experiência de frustração frente ao ideal, sendo subdivida em três formas como remunerações insuficientes, lógica institucional e falta de valorização social da profissão. No item (1) podemos verificar que o sofrimento possui íntima relação com o trabalho e no item (2) há forma acentuada de adoecimento centrado na organização, que finda por contribuir para a alienação do sujeito e a falta de produção de estratégias defensivas quer sejam simbólicas ou não contra a realidade dilacerante.

Na natureza funcional do trabalho do Policial Militar é aceita a frustração, porém, o que se questiona são as raízes que a frustração se ramifica na subjetividade do policial, ainda que fora da função, se ela acarreta sofrimento criativo ou adoecimento patogênico - refletindo sobre a temática, o ideal social molda a pulsão em atender as demandas sociais, ocasionando este adoecimento através da ausência da mobilização subjetiva na Organização. Cabe lembrar, então, que a possibilidade de reelaboração do sofrimento é uma implicação da mobilização subjetiva. O trabalho do Policial Militar também é implicado nesta lógica, porém, mesmo sendo moldado pelo social, não é reconhecido pelo mesmo, gerando uma espécie, verificada em estágio, de dupla frustração, devido à pressão psíquica, sendo de um lado a própria Instituição e de outra a Demanda social. Este ideal social não é a recusa ou a interdição do gozo como civilizatório, mas sim o amoldamento padronizado do desejo do sujeito na cadeia do sistema capital e Real (FELTRACO, 2019, p. 51-52).

A respeito do sofrimento criativo, e tomando como embasamento as discussões de Dejours (1992), se pode perceber que a forma de adaptação a contexto laborais adoecedores lança o sujeito a desenvolver modos subjetivos de superar a enfermidade, que nas palavras do autor se refere a ideologias defensivas. Tais ideologias influenciadas, sobretudo, por questões sociais, representam atitudes ou condutas que vão sendo internalizadas ao longo do tempo, fazendo o trabalhador experimentar no corpo adoecimentos. Dentro ainda dessa concepção, vemos que existe uma negativa em relação ao corpo que adocece no âmbito laboral, pois, como aponta o autor é impensável se torna inválido ou deixar de trabalhar (ideologia da vergonha) em uma sociedade que demanda que o sujeito produza a qualquer custo.

Considerando isso, a percepção do trabalhador ao se descobrir adoecido nega a sua condição para manter um vínculo com seu trabalho, apesar da sua condição. Nisto, a funcionalidade da ideologia defensiva se faz presente à medida que faz com que o sujeito enfermo crie estratégias compensatórias para não lidar as demandas apresentadas, a exemplo do consumo exacerbado de álcool, utiliza de medicações para estresse e ansiedade, uso de substâncias psicoativas, etc (DEJOURS, 1992).

Por meio dessas elucidações, é possível vislumbrar uma lógica que insere o sujeito/colaborador em um processo de submissão consciente ou inconsciente, permeado por premissas e sistemas que englobam discursos, práticas sociais e paradigmas. Esses elementos perpetuam-se nas sociedades e comunidades, influenciando diferentes formas de existência. Dejours (1992) afirma que esse vínculo estabelecido entre as pessoas está fundamentado em uma dinâmica de dominador-oprimido, o que acaba favorecendo a manutenção de uma sociedade excludente, na qual a subjetividade do sujeito é negada. Nesse contexto, tem-se um conjunto de ideias, regras, atitudes, práticas sociais e outros elementos que estruturam os modos de vida na sociedade capitalista. A população oprimida e socialmente fragilizada é considerada marginalizada e sua mão de obra é valorizada como barata, ao mesmo tempo em que é vista como incapaz de ampliar sua consciência e se libertar dessa realidade opressora.

Desse modo, fica evidente que esse tipo de relação de dominação gera impactos significativos no desenvolvimento subjetivo e coletivo, uma vez que não há espaço adequado para reflexão sobre a condição de oprimido diante das injustiças sociais enfrentadas. As consequências são múltiplas, incluindo pobreza, vulnerabilidade psicossocial, enfraquecimento da capacidade do indivíduo de resistir ao discurso e à prática de opressão e exploração, ruptura do sentimento de pertencimento e coletividade, entre outros. Essa realidade revela uma tipologia de identidade ligada à opressão e à exploração, que perpassa as múltiplas esferas da vida do sujeito, a exemplo a dimensão psicológica, cultural, social e biológica, sendo influenciada por aspectos ideológicos (GÓIS, 2008; FELTRACO, 2019).

É sabido que a formação da identidade ocorre por meio das interações sociais que o indivíduo vivencia consigo mesmo, com o mundo e com as coisas. O enfraquecimento dessa identidade resulta da falta de pertencimento à sociedade, da vivência de exclusão e do não reconhecimento individual. Compreende-se, portanto, que, apesar da prática de vida e do direito do sujeito de se desenvolver como pessoa, na prática da sociedade, ele se depara com uma série de aspectos ideológicos opressivos que gradualmente moldam sua forma de viver. Em resumo, as problemáticas mencionadas estão diretamente relacionadas a uma condição, sobretudo, ideológica, na qual o indivíduo na sociedade capitalista e individualista em que vivemos é frequentemente submetido a situações de opressão e exploração, tornando-se fragilizado, não reconhecido e desconectado de sua própria sociedade. Isso reforça a identidade de explorado e oprimido. Por outro lado, quando o oprimido se percebe como sujeito ao longo do tempo, adquire consciência de suas potencialidades e do seu papel social na comunidade (GÓIS, 2008; FELTRACO, 2019).

Assim, percebe-se que esse tipo de relação de dominação causa impactos expressivos no que diz respeito ao desenvolvimento subjetivo e coletivo, já que não há espaço necessário para reflexão sobre a sua condição de oprimido diante as injustiças sociais experienciadas. Frente a isso, as consequências são inúmeras, a saber, a pobreza, vulnerabilidade psicossocial, enfraquecimento da capacidade do indivíduo de se impor contra o discurso e prática de opressão e exploração, rompimento com o sentimento de coletividade e pertencimento social, etc. Essa realidade expressa aponta para uma tipologia de identidade vinculada a opressão e exploração, visto que essa identidade consiste em um modo de viver, ou melhor, de sobreviver que perpassa as diversas esferas da vida do indivíduo, a exemplo da dimensão psicológica, social, e biológica, e que cuja é decorrente de influências de caráter ideológico (GÓIS, 2008; FELTRACO, 2019).

Sabe-se que a formação da identidade se dar mediante as interações sociais que o indivíduo experiencia em relação a si mesmo, com o mundo e com as coisas, sendo a ocorrência do seu enfraquecimento derivado da ausência de pertencimento vinculado a sociedade, vivência de exclusão e não reconhecimento individual. Se apreende, então, que apesar das práxis da vida e do direito do sujeito de se desenvolver enquanto pessoa, no sentido prático da sociedade, o mesmo se depara com uma série de aspectos ideológicos de opressão que aos poucos vai modelando sua forma de viver. De forma sucinta, às problemáticas levantadas tem relação direta na representação de uma condição, sobretudo, ideológica, onde o indivíduo na sociedade capitalista e individualista que vivemos cujas relações se constituem, na sua maioria, por uma situação de opressão e exploração, se ver fragilizado, não reconhecido e desconexo de sua própria sociedade, reforçando, dessa maneira, a identidade de explorado e oprimido. Em contraponto, quando o oprimido se percebe enquanto sujeito, no decorrer do tempo vai tomando consciência a respeito das suas potencialidades e do papel social na comunidade (GÓIS, 2008; FELTRACO, 2019).

Partindo das problemáticas levantas referente a saúde mental dos policiais militares, se nota que a área da Saúde do Trabalhador oferece uma nova compreensão das conexões entre trabalho e saúde, além de intervenções inovadoras no cuidado com os colaboradores e ações nos ambientes de trabalho. Seu objetivo é entender as questões de saúde à luz das condições e contextos das atividades laborais, buscando transformar o trabalho por meio de medidas que incluam ações de promoção, prevenção, bem como vigilância. Isso implica evitar abordagens psicologistas, que explicam os problemas sociais em termos de elementos individuais de natureza psíquica, bem como perspectivas paliativas, como intervenções de aconselhamento para colaboradores com estresse acentuado, procedimentos de relaxamento, biofeedback,

dentre outras (DEJOURS, 1992; PERPERTUA; HECK; JUNIOR, 2018; VASCONCELLOS, 2018).

As medidas de vigilância da Saúde do Trabalhador têm como objetivo identificar, controlar e erradicar os supostos riscos estão presentes nos ambientes laborais. Essas ações são embasadas em dados epidemiológicos, informações fornecidas pelos trabalhadores assistidos pelas autoridades de saúde e/ou sindicatos, além de literatura especializada. O propósito é avaliar os riscos à saúde no ambiente de trabalho e propor mudanças com o intuito de prevenção primária. No processo de vigilância, é possível identificar eventos sentinela, que sinalizam ocorrências de doenças, invalidez e óbitos, a fim de evitar futuras consequências. Para isso, é crucial a participação ativa dos trabalhadores, por meio do diálogo entre suas experiências e o conhecimento técnico-científico. Com base nos resultados das avaliações, os trabalhadores podem desempenhar um papel ativo como fiscais de seu próprio ambiente de trabalho. Essas ações fazem parte de uma rede de serviços territoriais preconizada pelo SUS e suporte de caráter técnico do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST), que agregam o setor de assistência e a vigilância no que tange ao desenvolvimento de operações no âmbito da saúde do trabalhador por meio de um viés interdisciplinar, portanto, numa dimensão integral (CFP, 2019).

Em detalhes, a atuação do(a) psicólogo(a) nesse campo está voltada para superar o reducionismo positivista das explicações que abordam o adoecimento no trabalho, envolvendo a Saúde do Trabalhador em uma perspectiva que considere o colaborador em relação à sua atividade. É fundamental no processo intervenção e de compreensão da realidade do trabalhador, o reconhecimento da sua subjetividade no trabalho, o significado que os indivíduos atribuem a determinados contextos, suas reações com base em sua história de vida, valores, crenças, experiências e as simbolizações relacionadas ao trabalho realizado (DEJOURS, 1992; PERPERTUA; HECK; JUNIOR, 2018; CFP, 2019).

Portanto, cabe à Psicologia fornecer uma visão singular para cada colaborador, considerando-os como parte de um coletivo, além de resgatar conhecimentos e valorizar sua subjetividade, visto que a finalidade é compreender de forma mais aprofundada suas ações em relação ao trabalho realizado. Nesse contexto, as ações de caráter psicológico na Saúde do Trabalhador devem ser embasadas por uma abordagem investigativa contínua, que oriente a escolha dos elementos mais imprescindíveis e das ações a serem efetuadas. Isso significa que a atuação pode estar centrada em aspectos legais, como a vigilância, além de auxiliar no acesso a benefícios previdenciários, como auxílio-doença e aposentadoria por invalidez, assim como

em questões trabalhistas, como o direito à reintegração (VASCONCELLOS, 2018; CFP, 2019; HURTADO et al., 2022).

Logo, considerando o papel do(a) psicólogo(a) no processo de reabilitação do colaborador, é fundamental que seu foco esteja na promoção de uma vivência criativa, ou seja, uma reabilitação que permita uma nova inserção social. Nisto, é de suma importância que as ações sejam implicadas para capacitar os indivíduos, tanto em nível individual quanto coletivo, visando melhorar sua qualidade de vida e promover uma participação social mais ativa. Dessa forma, ao se engajar nas questões pessoais e coletivas, o indivíduo desenvolve um pensamento crítico em relação no âmbito em que está imerso, adquirindo mais recursos psicossociais para lidar com os desafios encontrados e promover a transformação de sua realidade (CFP, 2019)

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dos estudos encontrados, podemos observar que a presença do profissional da Psicologia nas ações de saúde é essencial diante do contexto de vivências de sofrimento e surgimento de enfermidades, incluindo problemas de saúde mental, relacionados ao trabalho dos policiais militares. A fim de promover uma abordagem abrangente e integrada no cuidado à saúde do trabalhador, torna-se imprescindível a inclusão do psicólogo nessas estratégias, sobretudo, no campo que perpassa a relação saúde mental e trabalho, visando compreender a subjetividade dos colaboradores e suas experiências de sofrimento e desenvolvimento de patologias decorrentes das atividades laborais.

O trabalho interdisciplinar desempenha um papel fundamental na saúde, permitindo o diálogo entre diferentes áreas e saberes, integrando conhecimentos para fornecer um tratamento adequado ao indivíduo e visualizá-lo de forma holística. Nesse sentido, a atuação conjunta de serviços de saúde, como o SUS (Sistema Único de Saúde) e o CEREST (Centro de Referência em Saúde do Trabalhador), configura-se como uma ação interdisciplinar. A abordagem interdisciplinar é essencial para compreender a dinâmica familiar e os processos que permeiam esse contexto, abrangendo desde questões cotidianas até quadros graves de adoecimento, especialmente relacionados às atividades laborais.

Para propor intervenções adequadas no contexto atual, é necessário considerar o trabalho e o trabalhador como elementos indissociáveis. O colaborador, ao desempenhar sua profissão, não apenas vivencia esse contexto, mas também o utiliza como meio de sustento e realização pessoal. Assim, intervir nessa realidade significa compreender a importância dessa atividade laboral para o agente de segurança pública, mesmo diante dos riscos envolvidos. Além

disso, por meio de intervenções conscientes e cuidado integral com a saúde, é possível restaurar seu poder de ação no ambiente de trabalho e em sua própria vida.

Logo, é relevante enfatizar que a presente pesquisa se faz imprescindível no que tange a apreensão dos processos subjetivos e de adoecimentos vivenciados pelos policiais militares no ambiente laboral, visto que o seu entendimento pode favorecer a constituição de novos mecanismos para auxiliar os mesmos frente ao próprio adoecimento, buscando a ampliação da consciência e aparatos psicossociais destes e melhoramento da sua qualidade de vida. Se ressalta que o estudo tem um viés limitado, devido as exigências metodológicas, no entanto, não isenta a sua pertinência para o desenvolvimento de novas reflexões e investigações.

REFERÊNCIAS

BACK, C. M. Acompanhamento Psicológico Preventivo Para Agentes De Segurança Pública. **Rev. bras. segur. Pública**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 208-225, fev/mar, 2019. Disponível em: <<https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/1147/393>>. Acesso em: 20/05/2023.

BOCK, A. M. B.; TEXEIRA, M. L. T.; FURTADO, D. **Psicologia**: série em foco. 2ª. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

BORGES, A. A. Polícia e Saúde: entrevista com o Diretor Geral de Saúde da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 677-679, 2013. Disponível em: <DOI:10.1590/S1413-81232013000300013>. Acesso em: 17/11/2022.

CAMPOS, T. C.; ARAÚJO, T. M. Trabalho docente em universidades públicas brasileiras e adoecimento mental: uma revisão bibliográfica. **Rev. Docência Ens. Sup.**, Belo Horizonte, v. 10, e015193, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/rdes/article/view/15193/16327>>. Acesso em: 16/11/2022.

CARDOSO, A. C.; MORGADO, L. Trabalho e saúde do trabalhador no contexto atual: ensinamentos da Enquete Europeia sobre Condições de Trabalho. **Saude soc**, v. 28, n. 1, Jan-Mar, 2019. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S0104-12902019170507>>. Acesso em: 15/04/2023.

CASTRO, M. C. A.; CRUZ, R. M. Prevalência de Transtornos Mentais e Percepção de Suporte Familiar em Policiais Civis. **Psicologia**: Ciência e Profissão, Brasília, DF, v. 35, n. 2, p. 271-289, 2015. Disponível em: <DOI: 10.1590/1982-370300702013>. Acesso em: 17/11/2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP. **Saúde do trabalhador no âmbito da saúde pública: referências para atuação da(o) psicóloga(o)**. 2. ed. Brasília: CFP, 2019. Disponível em: < <https://site.cfp.org.br/publicacao/saude-do-trabalhador-no-ambito-da-saude-publica-referencias-para-atuacao-dao-psicologao/>>. Acesso em: 15/04/2023.

CRUZ, É. J. E. R. Resiliência como objeto de estudo da saúde do trabalhador: uma revisão narrativa. **Rev Fund Care Online**, v. 10, n. 1, p. 283- 288, Jan a mar, 2018. Disponível em: Acesso em: 15/04/2023.

DEJOURS, J. **A loucura do Trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. 5ª. ed.ampl. São Paulo: Cortez, 1992.

FELTRACO, E. C. **Adoecimento Do Policial**: Onde está a Psicologia?. 2019. 84 f. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Graduação em Psicologia. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ. Departamento de Humanidades e Educação – DHE. Santa Rosa – RS, 2019. Disponível em: < <https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/bitstream/handle/123456789/6691/Eduardo%20Cappellari%20Feltraco.pdf?sequence=1&isAllowed=y> >. Acesso em: 16/11/2022.

FERNANDES, M. A. et al. Adoecimento mental e as relações com o trabalho: estudo com trabalhadores portadores de transtorno mental. **Rev Bras Med Trab**, v.16, n. 3, p. 277-86, 2018. Disponível em: < <http://www.rbmt.org.br/details/361/en-US>>. Acesso em: 16/11/2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA – FBSP. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. 16ª. ed. FBSP, 2022. Disponível em: < <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=5> >. Acesso em: 28/09/2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA – FBSP. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. 15ª. ed. FBSP, 2021. Disponível em: < <https://www.bibliotecadeseguranca.com.br/wp-content/uploads/2021/07/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica-2021.pdf>>. Acesso em: 28/09/2022.

GIONGO, C. R.; MONTEIRO, J. K.; SOBROSA, G. M. R. Psicodinâmica do Trabalho no Brasil: Revisão Sistemática da Literatura. **Temas em Psicologia**, v. 23, n. 4, p. 803-814, 2015. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2015000400002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 16/11/2022.

GÓIS, C. W. L. **Saúde comunitária**: pensar e fazer. São Paulo: Editora Hucitec, 2008.

GOMEZ, C. M.; VASCONCELLOS, L. C. F.; MACHADO, J. M. H. Saúde do trabalhador: aspectos históricos, avanços e desafios no Sistema Único de Saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 23, n. 6, p. 1963-1970, 2018. Disponível em:< 10.1590/1413-81232018236.04922018>. Acesso em: 15/04/2023.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. 5ª.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MACHADO, C. E.; TRAESEL, E. S.; MERLO, A. R. P. Profissionais da Brigada Militar: vivências do cotidiano e subjetividade. **Psicologia Argumento**, Curitiba, v. 33, n. 81, p. 238-257, 2015. Disponível em: <DOI: 10.7213/psicol.argum.33.081.AO02>. Acesso em: 17/11/2022.

PAULINHO, F. R.; LOURINHO, L. A. O Adoecimento Psicológico Do Policial Militar Do Ceará. **Revista Trabalho e Sociedade**, Fortaleza, v.2, n.2, p. 58-77, Jul/Dez, 2014. Disponível em: < https://hugepdf.com/download/o-adoecimento-psicologico-do-policial_pdf >. Acesso em: 28/09/2022.

PRIYANKA, R. et al. Work-Associated Stress and Nicotine Dependence among Law Enforcement Personnel in Mangalore, India. **Asian Pacific Journal of Cancer Prevention**,

Bangkok, v. 17, n. 2, p. 829-833, 2016. Disponível em: <DOI:10.7314/apjcp.2016.17.2.829>. Acesso em: 18/11/2022.

SILVA, L. N.; SEHNEM, S. B. Avaliação Da Saúde Mental De Policiais Militares. **Pesquisa em Psicologia-anais eletrônicos**, p. 43-60, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/pp_ae/article/view/19184/10469>. Acesso em: 28/09/2022.

SILVA, M. P.; BERNARDO, M. H.; SOUZA, H. A. Relação entre saúde mental e trabalho: a concepção de sindicalistas e possíveis formas de enfrentamento. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, n. 41, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2317-6369000003416>>. Acesso em: 16/11/2022.

SOUSA, A. F. et al. **Instalação do 59º Batalhão da Polícia Militar no município de Uberaba**: análise e propostas (estudo de situação/2014), Uberaba: Quinta Região da Polícia Militar, 2014.

SOUSA, R. C.; BARROSO, S. M.; RIBEIRO, A. C. S. Aspectos de saúde mental investigados em policiais: uma revisão integrativa. **Saúde Soc**, São Paulo, v.31, n.2, p.1-14, 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/dK4NbsXDRCbbwYDXQRS9Mnk/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 07/11/2022.

SOUZA, H. A.; BERNARDO, M. H. Prevenção de adoecimento mental relacionado ao trabalho: a práxis de profissionais do Sistema Único de Saúde comprometidos com a saúde do trabalhador. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, n. 44, p. 26, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2317-6369000001918>>. Acesso em: 16/11/2022.